



Direito de brincar na favela

Seja o tradicional pique-pega ou as dancinhas tão famosas do TikTok, as brincadeiras precisam de espaços adequados para o lazer; segurança é uma das principais preocupações dos pais. **PÁGINAS 6 E 7**

Raio que cai várias vezes no mesmo lugar: quem mais sofre com a falta de trabalho são as mulheres e as pessoas negras.

PÁGINAS 10 E 11

Segunda reportagem da série Raio x da Saúde na Maré traça o panorama dos serviços de saúde mental nos territórios.

PÁGINAS 12 E 13

Maré na Fiocruz: campus na Avenida Brasil, renomeado em homenagem ao conjunto de favelas, inaugura novo centro de pesquisas.

PÁGINAS 14 E 15

10 anos da Lei de Cotas

Apesar dos resultados para a redução das desigualdades dentro da universidade, o sistema de reserva de vagas para estudantes negros e pobres ainda sofre resistência uma década após implantação.

PÁGINAS 4 E 5



KAMILA CAMILLO



Crias do Tijolinho

Ensaio especial da edição do Mês das Crianças retrata o projeto cujas ações já impactaram a vida de mais de 250 pessoas na região da Nova Holanda; o trabalho é conduzido pela artista Kamilla Camillo.

PÁGINAS 8 E 9

EDITORIAL

Pensar nos direitos da criança é pensar a sociedade: seja na liberdade e segurança para brincar, na alimentação adequada, no acesso à educação... Crianças e adolescentes têm uma série de direitos que precisam ser respeitados. E para que isso aconteça, a sociedade e seus agentes precisam se unir, planejar e efetivar ações em prol da segurança da infância. Pensar na criança é pensar o presente e o futuro.

A principal matéria desta edição ocupa as páginas 6 e 7 abordando como se dá o lazer da criançada no conjunto de favelas da Maré, apontando potências e deficiências. As clássicas brincadeiras ainda fazem parte do lazer do cria da favela, mas como e onde ele brinca? Os pais se sentem seguros para liberar seus pequenos às necessárias interações sociais dessa fase da vida? Há suficientes espaços adequados para que estas crianças tenham a liberdade de agirem como tais?

O ensaio fotográfico especial do Maré de Notícias de outubro também é temático: pequenas e pequenos do Tijolinho, como é conhecida uma região da Nova Holanda, iluminam as nossas páginas com seus sorrisos. Kamila Camillo, fotógrafa homenageada pela Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, compartilhou os registros que mostram um pouco da sua percepção sobre o cotidiano destas crianças e adolescentes.

O Censo Maré aponta que as 16 favelas da Maré reúnem mais de 34 mil crianças e adolescentes de até 14 anos. Ou seja, a ocupação dos espaços por esta energia jovem é corriqueira, e pelos olhos delas podemos entender melhor as necessidades, as virtudes e os cuidados essenciais para o nosso território.

Sabemos que as últimas semanas não foram fáceis devido à vulnerabilidade de toda a população nas operações policiais, mas esperamos que você esteja bem ao receber a edição do mês de outubro. Compartilhe conosco por WhatsApp críticas, sugestões ou elogios: (21) 97271-9410. Boa leitura, acompanhe nosso site e até a próxima edição!

CHARGE - NANDO MOTTA



ALÔ MORADOR! ESTE ESPAÇO É SEU. ENVIE SUA POESIA, FOTO, RECEITA OU PIADA.

☎ (21) 97271-9410

maredenoticias@gmail.com

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO:

redes ^{da} **maré**

PARCERIA:

actionaid

MARÉ
DE NOTÍCIAS

R. Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda - Maré
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21044-242
www.mareonline.com.br
maredenoticias@gmail.com
contato@maredenoticias.com.br

APOIO:

16 Associações de Moradores da Maré

EDITORA EXECUTIVA E JORNALISTA RESPONSÁVEL
Jéssica Pires

EDITORA
Tamyres Matos
(Mtb 32434/RJ)

COORDENADORES DE DISTRIBUIÇÃO:

João Lins e Silva
Lenny Aquino

Lucas Frederico Brandão
Thuany Vieira Nascimento

DISTRIBUIDORES:

Cristiane dos Santos
Diego Alves
Jonathan Ribeiro
Larissa Oliveira
Pedro de Oliveira
Renata Gomes
Vagner Moreira
Valdemir Gomes

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Flávia Veloso
Hélio Euclides
(Mtb 29919/RJ)
Jorge Melo
Samara Oliveira

FOTOGRAFIA

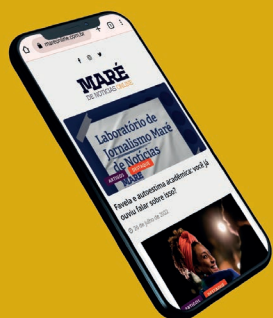
Douglas Lopes
Gabi Lino
Matheus Affonso

REVISÃO

Julia Marinho
PROJETO GRÁFICO
Mórula_Oficina de ideias
DIAGRAMAÇÃO
Filipe Almeida
IMPRESSÃO
Gráfica Tribuna
TIRAGEM
50 mil exemplares

OS ARTIGOS ASSINADOS NÃO REPRESENTAM A OPINIÃO DO JORNAL.
PERMITIDA A REPRODUÇÃO DOS TEXTOS, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Acompanhe o Maré de Notícias na internet!



[@maredenoticiasoficial](https://www.facebook.com/maredenoticiasoficial) www.mareonline.com.br

[@maredenoticias](https://www.instagram.com/maredenoticias) (21) 97271-9410

[@MareNoticias](https://twitter.com/MareNoticias) maredenoticias@gmail.com

GARANTA O SEU JORNAL!

O Maré de Notícias é entregue de porta em porta nos 47 mil domicílios das 16 favelas da Maré. Se por acaso não chegar na sua casa, avise-nos pelo WhatsApp (21) 97271-9410, via redes sociais (@maredenoticias) ou ainda pelo email contato@maredenoticias.com.br e confira se na associação de moradores de sua favela não tem um exemplar para você. Ajude-nos a melhorar nossa distribuição! Contamos com todos os mareenses!

Manutenção de smartphones gera renda para jovens mareenses

Após concluir curso oferecido pela Redes da Maré, a jovem Raiane Gomes, de 22 anos, deseja continuar aprendendo e pretende se especializar na área

JÉSSICA PIRES

Atualmente, uma das áreas que mais vem crescendo no Brasil é a de tecnologia da informação. E é nisso o que aposta o projeto *Nas Ondas da Maré*, que promove a formação profissional em informática para jovens moradores dos territórios, fornecendo qualificação e ampliando o campo de possibilidades na área da tecnologia da informação.

Segundo a coordenadora do projeto, **Mayara Rosario**, de 31 anos, “uma formação em tecnologia pode incluir um profissional em diversas áreas no mercado de trabalho. Ele não necessariamente precisa ter formação superior, pois diversas empresas estão buscando contratar pessoas proativas, com conhecimento do assunto e que possam dar conta das demandas”, diz a ex-moradora do conjunto de favelas, formada em Sistema da Informação.

Raiane Gomes, moradora de 22 anos da Nova Ho-

landa, viu a oportunidade de se especializar na área de manutenção de celulares a partir do curso de formação do eixo de educação da Redes da Maré. Ela diz que conhece o trabalho e os cursos oferecidos pela Redes da Maré há um bom tempo, mas só soube desse de manutenção de smartphones através das redes sociais: “Antes de conseguir a vaga, eu já estava fazendo consertos de celulares por fora, porém não sabia tudo. Vi no curso uma maneira de me especializar. Hoje tenho vontade de trabalhar na área.”

Renda a curto prazo

“Nós conseguimos fazer com que os jovens tenham uma profissão sem sair da comunidade, gerando renda para ele e sua família”, explica Mayara. O projeto já tem 22 alunos formados (sendo 13 mulheres) e outros 24 no curso em andamento. Participam jovens entre 17 e 24 anos que buscam gerar renda



Raiane representa a maior renda da família de seis pessoas com a manutenção de smartphones

a curto prazo fazendo reparos básicos em smartphones e tablets, seja atuando em assistências técnicas ou como autônomos.

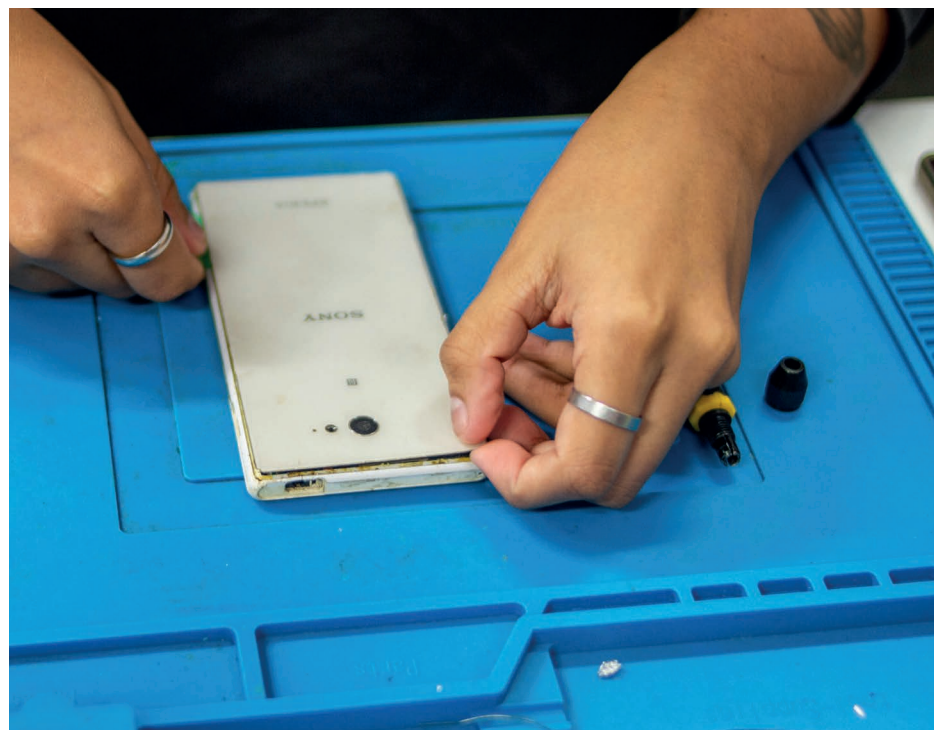
Raiane enumera as diversas técnicas que aprendeu na formação, porém destaca que o maior aprendizado foi perceber que “através do meu esforço e dos meus estudos, consigo alcançar meus objetivos”. Ela conta que chega a faturar R\$ 200 em apenas um dia de trabalho consertando e fazendo a manutenção dos dispositivos, o que representa, o que representa, na casa que divide com os pais, duas irmãs, um sobrinho e dois cachorros, a maior renda da família.

A jovem tinha planos de abrir uma loja, mas como o trabalho em casa tem dado resultados positivos, ela pre-

tende agora investir em mais estratégias de comunicação para alcançar mais clientes.

“Tem sido incrível. No começo eu estava com medo de encarar tudo como uma ocupação profissional, mas agora estou vendo que foi uma das minhas melhores escolhas. A maior parte da divulgação é pelo Instagram, mas também divulgo no Twitter, Facebook e WhatsApp. Também imprimi uma placa e coloquei no portão de casa”, conta.

O conteúdo programático do projeto *Nas Ondas da Maré* inclui eletrônica; hardware e software. A duração do curso é de dois meses e meio e as aulas acontecem pela manhã (8h às 12h) e à noite (18h às 22h), sempre às segundas e quartas. Mais informações estão disponíveis no site da Redes da Maré.



Atualmente uma das áreas que mais cresce no Brasil é a de tecnologia da informação

10 anos da Lei de Cotas

Apesar de ter reduzido as desigualdades no ambiente acadêmico, ela ainda enfrenta resistência de alguns setores

HÉLIO EUCLIDES E JORGE MELO

Há uma década era sancionada a lei nº 12.711, chamada Lei de Cotas, que reserva 50% de vagas em universidades públicas e institutos federais de ensino superior para estudantes advindos de escolas públicas. Agora, conforme previsto pela própria legislação (um adendo de 2016), ela deve passar por revisão pelo Congresso Nacional.

Mesmo sendo bastante atacada como “racial”, a lei é fundamentalmente social. Dentro da reserva de vagas, estão incluídos os alunos de baixa renda pretos, pardos e indígenas (PPI); pessoas com deficiência (PcD); e, sob a rubrica “Outros”, alunos brancos e de outras etnias não especificadas.

Essa distribuição reflete os percentuais representativos de cada grupo em seu estado, apurados pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE). Se a população de um estado é 50% composta por indivíduos negros, metade das vagas reservadas será ocupada por alunos negros.

Menos desigualdade

Em dez anos, a lei conseguiu diminuir as desigualdades sociais e raciais na educação superior. O portal UOL divulgou um levantamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) sobre os avanços na diversidade do ensino superior. O estudo avaliou os anos de 2012 a 2016, revelando que, neste período, o ingresso de alunos de escolas públicas cresceu de 55,4% para 63,3%

DOUGLAS LOPES



Educador e artista multilinguagem Paulo Victor Lino foi cotista do curso de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

nas instituições federais; o de negros e indígenas saltou de 27,7% para 38,4%.

Uma das lideranças que há mais de duas décadas tem contribuído para o debate sobre políticas de ações afirmativas para negros e pobres nas universidades públicas é **Frei David Raimundo**, fundador da Educação e Cidadania de Afrodescendentes (Educafro). Ele questiona o motivo da revisão da lei de cotas.

“Não há nenhuma lei do agronegócio ou que beneficia bancos que precise de revisão depois de dez anos. Essa revisão da Lei de Cotas só revela que o legislativo está impregnado do racismo estrutural. Queremos uma lei que não tenha tempo, que exista enquanto necessário”, critica.

Para o religioso, é preciso que a responsabilidade, hoje do Ministério da Educação (MEC), pelo levantamento nacional sobre o desempenho dos cotistas e a eficiência da lei seja de entidades sociais.

Segundo ele, é preciso ainda que a lei contemple o ingresso do negro também nos cursos de pós-graduação.

“Não é aceitável que existam ainda universidades federais com mestrado e doutorado que não tenham a preocupação de incluir o negro. Isso se chama racismo estrutural”, conclui.

De acordo com a Agência Câmara de Notícias, tramita no congresso o Projeto de Lei 3402/20, que cria cotas para acesso de pessoas negras, indígenas, oriundas de comunidade quilombola, com deficiência e transexuais às vagas de pós-graduação nas universidades brasileiras.

Lei de inclusão

O jornalista **Julio Menezes Silva**, pesquisador e curador do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), lembra que a luta pelo acesso à educação e a serviços básicos, como saneamento e saúde, começou há

mais de cem anos.

“Falar dos dez anos da lei de cotas é fazer um resgate histórico, por que ela é coletiva e ancestral. Esperamos que continue por uma centena de anos. Cota não é esmola, e sim reparação mínima para que possamos superar essa chaga que é o racismo estrutural, a principal doença da sociedade brasileira”, diz.

Uma pesquisa da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) mostra que há 67 propostas que pretendem alterar a lei no Congresso Nacional; destas, 31 podem prejudicar a reserva de vagas para negros.

Essa resistência à lei não é nova: em 2006, foi criado o **Manifesto Contra as Cotas**, assinado por 114 sociólogos, artistas, historiadores e ativistas. Entre eles estava a historiadora, professora e antropóloga **Lilia Moritz Schwarcz**, uma das maiores autoridades em história do Brasil. Em 2019, ela publicou



Lara Moreira mora na Nova Holanda e entrou pelo sistema de reserva de vagas para o curso de matemática da UFRJ

em seu perfil no Facebook uma retratação por ter assinado o manifesto.

“Me arrependo demais por ter assinado esse documento que vai contra minha atuação na academia e ideias que professo [...] Errei ao não atentar para a intenção do documento e assim fortalecer uma causa contra a qual me oponho, com convicção. [...] Sou a favor de cotas, pois é preciso reparar desigualdades e hierarquias criadas, durante séculos, pelo sistema escravocrata e pela falta de políticas de inclusão das populações negras durante a República. [...] Sou a favor de ‘desigualar para igualar’, pois acredito num país mais justo, generoso e inclusivo. Sou a favor de cotas pois elas têm a potencialidade de criar, e vem criando, ambientes mais plurais [...]. Com mais diversidade seremos muito me-

lhores e menos apequenados, como se encontra o Brasil dos dias de hoje!”

Lei de reparação

O professor e pesquisador em literatura **Vitor Felix**, morador do Parque Maré, defende a lei porque ela beneficia estudantes das periferias, dando a eles condições de disputar e conseguir uma vaga no ensino superior.

“A Lei de Cotas é importante porque também expõe a desigualdade de oportunidades educacionais no nosso país. Essa realidade precisa de atenção urgente, para que a escola pública forme indivíduos cada vez mais conscientes de suas opções, dando a eles garantias de oportunidades. A lei de cotas beneficia a sociedade em geral porque promove uma formação de qualidade para uma quantidade maior de pessoas com



Vitor Felix, morador do Parque Maré, acredita que a lei beneficia estudantes das periferias

trajetórias distintas”, ressalta.

As cotas permitem o acesso ao ensino superior, mas não garantem que os beneficiados conseguirão se formar. “É difícil sustentar os custos com alimentação, deslocamento, material de estudo. Muitas famílias não podem arcar com as despesas durante um curso de graduação”, analisa.

Ele percebe que, em muitos cursos, ainda é difícil ver estudantes negros, mesmo com as cotas; segundo o pesquisador, as universidades têm estruturas ainda dominadas por pessoas brancas e pelo pensamento que funciona com base no racismo e nos valores culturais da elite intelectual.

Lei de vitórias

A Lei das Cotas não é ainda a solução final, são necessárias políticas sociais que compensem os prejudicados no passado ou que herdaram desigualdades.

“As cotas facilitaram a entrada de pessoas pretas, pardas e indígenas na universidade — eu sou um exemplo disso. Sofri na pandemia; os dois últimos anos do Ensino Médio foram por meio remoto, assim como o pré-vestibular”, conta **Lara Moreira**, moradora da Nova Holanda e estudante do segundo período de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A estudante lembra as dificuldades que enfrentou para entrar no ensino superior, como no dia que passou pela avaliação fenotípica — ou seja, teve que provar sua cor. Segundo ela, foi muito constrangedor ficar à frente de três pessoas brancas e de uma câmera.

“Não é só entrar; lá nos sentimos sozinhas, pois a maioria dos alunos vive o dia inteiro na e para a universidade — ao contrário de nós,

que corremos para trabalhar, cuidar dos afazeres da casa e frequentar o curso”, conta.

Para a estudante, é visível a vitória depois de dez anos da lei, com a inclusão das pessoas periféricas na universidade. “Acho que ainda temos uma jornada muito grande pela frente, pois até agora só tive uma professora preta na universidade. É triste que existam políticos em posição de tirar os nossos direitos”, diz.

Lei para os brancos

O educador e artista multilinguagem **Paulo Victor Lino** foi cotista do curso de História da UFRJ. Para ele, as cotas estão relacionadas à reparação histórica da população negra que viveu um período de 400 anos sendo mão de obra escrava, construindo a nação do Brasil.

Ele compreende que a construção das leis privilegiam cada vez mais a classe branca e excluem os negros do espaço de poder — incluindo o do conhecimento: “Torna-se ignorância quando as cotas são vistas como um lugar de esmolas e o negro, como um indivíduo não capacitado.”

O educador vê desserviço da máquina pública ao retirar direitos adquiridos: “O direito às cotas parte de um movimento popular, mas hoje o que se vê é a morte da democracia e o racismo impregnado na maneira de fazer a política.”

Sobre os auxílios estudantis, ele afirma que o valor é baixo, atrasa e em algumas universidades o aluno só recebe a ajuda no primeiro ano. “O estudante acaba abandonado pela universidade, sem poder se alimentar, se manter e viver dignamente”, finaliza.

HELIO EUCLIDES

GABI LINO

E aí, cria, vamos brincar de quê?

Do tradicional pique-pega às dancinhas do TikTok, brincadeiras da molecada carecem de espaços adequados para o lazer

FLAVIA VELOSO

“**D**escalço e sem camisa ia eu por aí / No tempo de moleque só andava assim / O sol a pino e a gente a correr no quintal”. A letra da música *Infância*, do “rei do pagode”, Reinaldo, destaca suas memórias como uma criança de favela. A partir dos versos da canção, conseguimos imaginar as nossas próprias experiências dos dias de moleque, isso porque as brincadeiras, sem dúvida, deixam lembranças marcantes por toda a vida.

Mesmo que a tecnologia tenha mudado as brincadeiras que hoje divertem e entretêm as crianças, aquelas que preencheram a infância de gerações não caíram no esquecimento. Quem nunca ouviu falar de pique-pega, pique-esconde, pique-bandeira, amarelinha, queimado, morto-vivo... A lista é infinita, assim como a imaginação dos pequenos.

No Conjunto Esperança a Marcílio Dias, é impossível não reparar nas vozes infantis preenchendo as ruas e praças todos os dias. Não é à toa: os mareenses de 0 a 14 anos representam 24,5% do total de habitantes, segundo o Censo Maré 2020. Como muitas casas não têm espaço o suficiente para brincar, a rua vira quintal.

Quando quer improvisar um quintal, William “Raio de Sol” (a criança mareense mais famosa do TikTok) vai com a mãe, **Laudiceia Fernandes** (a Dinda Lau),

GABRIELINO



William “Raio de Sol”, famoso por participar dos vídeos do TikTok do irmão Raphael Vicente, costuma ir a uma quadra escolhida pela mãe para brincar em segurança

para uma quadra próxima à sua casa ou uma rua escolhida por ela. Lá, ele brinca com seus primos e crianças vizinhas, sempre sob supervisão da mãe: “Eu falo para ele ter cuidado com motos e bicicletas, porque muitas pessoas não respeitam. Explico que ele tem que prestar atenção às pessoas que estão à volta dele, não se deixar influenciar e evitar confusões.”

‘Desenrola, bate, joga de ladinho!’

Com o desenvolvimento acelerado de novas tecnologias, as brincadeiras evoluíram e conectaram parceiros. Se há quatro décadas circuitos de TV aproximavam jogadores de xadrez em diferentes partes do mundo, hoje é possível, via celulares e computadores, qualquer

um compartilhar qualquer coisa de qualquer lugar, e rapidamente.

Um exemplo disso é o famoso adedonha (também conhecido como stop), que pode ser jogado, via sites na internet, por pessoas em qualquer lugar do planeta (se não contarmos com os ocupantes da Estação Espacial Internacional, em órbita da Terra). Isso sem falar nos jogos mais recentes que fazem a cabeça da molecada, como *Free Fire*, *Minecraft*, *Fortnite* e *Roblox*.

A tecnologia também derubou o mito de que jogar videogame e mexer no celular são sinônimos de ficar parado: os jogos atuais funcionam à base de sensores de movimentos do corpo, como o popular *Just Dance*.

Dançar, aliás, virou atividade lúdica desde a febre

das coreografias do TikTok que contagiou a criançada. Surgida em plena pandemia, em 2021, a rede social foi a mais acessada pelo público de 9 a 17 anos de idade. Os pequenos deixaram o sofá para encostar o smartphone em algum lugar e interagir com os vídeos, reproduzindo os passos de dança sozinhos ou em grupo.

Direito fundamental

O gestor produtor cultural, arte-educador e conselheiro tutelar **Carlos Marra** vê como fundamental o acesso das crianças às tecnologias e suas inovações: “É necessário que usemos essas ferramentas não para promover a alienação do mundo, e sim para fomentar e fortalecer o desenvolvimento das nossas crianças e adolescentes, até mesmo para promover



GABRILO

Pequenos fissurados na tela: jogos como *Free Fire* e *Minecraft* fazem a cabeça da molecada comportamentos de socialização, criatividade e subjetividade.”

O conselheiro tutelar ainda destaca que esse contato deve vir acompanhado da atenção, orientação e supervisão dos responsáveis, em todos os espaços e ambientes de ocupação infantojuvenis. É inegável que, embora as tecnologias tenham aberto um leque imenso de possibilidades, elas não substituem as brincadeiras

tradicionais que estimulam o fazer, a coletividade e o exercício da cooperação, das práticas positivas e da ocupação da rua e de espaços públicos enquanto lugares de lazer e diversão.

Para Carlos Marra, inclusive, essa ocupação “afirma a importância de a gestão pública ofertar o melhor serviço possível, já que brincar é um direito estabelecido pelo Estatuto da Criança e

do Adolescente (ECA) e precisa ser proporcionado por todas as esferas”.

Espaços abandonados

Mesmo sendo um direito que deve ser garantido pelo Estado, não é isso que se vê na falta de cuidado de parques, praças, quadras e campos de futebol da Maré. Muitos locais se encontram abandonados, com brinquedos e aparelhos deteriorados, oferecendo risco a quem usa. Em vez de ser tarefa da Prefeitura, a manutenção desses espaços é feita por moradores, organizações locais e associações de bairro — e, mesmo assim, não é o suficiente.

O quadro se agrava quanto à acessibilidade e segurança de crianças com alguma deficiência. **Juliana de Figueredo**, mãe do Davi, que tem Transtorno do Espectro Autista (TEA), conta que levar o filho para brincar num espaço público dentro da Maré está cada vez mais difícil. “Falta segurança, manutenção e limpeza, e isso pode acarretar contato com objetos cortantes ou contaminados”, diz Juliana sobre os riscos aos quais o filho está sempre exposto.

Segundo Carlos Marra, é necessário pressionar a gestão pública a partir da conscientização e mobilização dos moradores. Nesse processo, o protagonismo infantojuvenil pode garantir o cuidado da gestão pública com esses espaços, para que eles sejam acessíveis e seguros e proporcionem encontros que fortaleçam o desenvolvimento, a subjetividade, criatividade e sociabilidade das crianças.

Um chamado à brincadeira

É com esse protagonismo que o projeto *Brinca Maré!*, fruto do edital FOCA: Fomento à Cultura Carioca, está contando para revitalizar a Praça da Paz, que fica entre a Baixa do Sapateiro e a Nova Holanda. O local — que um dia foi tomado por lixo, já passou por uma reforma há alguns anos e hoje sofre com um novo quadro de abandono — ganhará uma cara nova até o fim deste mês.

O projeto está sendo desenvolvido com a participação ativa de crianças que frequentam a Lona da Maré e a Biblioteca Lima Barreto. O *Brinca Maré!* oferece oficinas aos pequenos, mas eles almejam mais: as crianças listaram o que querem ver na praça depois da reforma, como bancos novos, muitas plantas, brinquedos e, principalmente, manutenção e limpeza do espaço.

A arquiteta **Laura Taves**, que também é artista, educadora e responsável por escrever o projeto — com apoio de Isabella Porto e João Rivera — conta que o motivo de escolher a Praça da Paz para receber essa revitalização é fruto da necessidade de ocupar o local, estigmatizado pela violência, com lazer para as crianças.

“A ideia é a gente trazer de volta o uso, insistir em certos espaços, não perder esse território para o lixo ou para outras funções que não são as deles. É mais uma tentativa de dar uso à função e, com isso fazer com que essa função permaneça, para que possa ser realmente uma praça, um lugar de brincar”, explica.



GABRILO

Arquiteta Laura Taves acompanhada de Marcia Queiroz e Julia Chagas na Praça da Paz, que vai receber revitalização

Sorriso e potência de cria

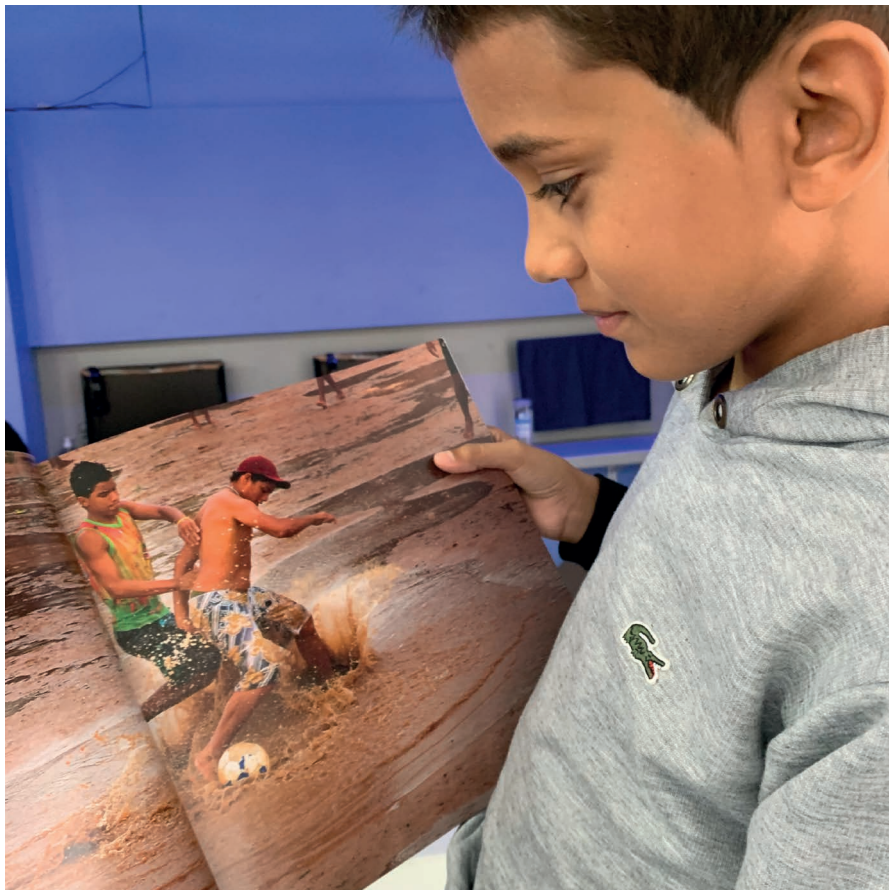
De acordo com o Censo Maré, o conjunto de favelas reúne mais de 34 mil crianças e adolescentes de até 14 anos. Algo comum nas 16 favelas é a presença dessa população ocupando as ruas e chamando a atenção para as demandas do território.

O ensaio especial da edição de outubro é o *Crias do Tijolinho*, projeto sociocultural com crianças e adolescentes da região conhecida como Tijolinho, na Nova Holanda. A iniciativa nasceu a partir de uma série fotográfica da moradora e artista visual **Kamila Camillo**, em 2019. “Todo mundo chega ao nosso território, tira algo de nós e não devolve. Eu não queria fazer a mesma coisa”, disse a fotógrafa. Com esse olhar, Kamila deu início a um processo contínuo de acompanhamento e cuidado, além do registro do cotidiano de crianças e adolescentes.

Com a chegada da covid-19, outras ações foram pensadas a partir das limitações impostas pelas barreiras sanitárias. A garantia da segurança alimentar foi uma delas; com o apoio de amigos, padrinhos e parceiros, foi possível minimizar os impactos da pandemia no Tijolinho. O projeto não conta com nenhum apoio financeiro consolidado e contínuo mas, mesmo assim, cerca de 250 pessoas foram alcançadas pelas ações das *Crias do Tijolinho*; atualmente, pelo menos 70 jovens e crianças têm relação direta com o projeto.

Visibilizar a potência das “crias” de toda a Maré é fundamental para fortalecer o protagonismo dessas crianças na busca por seus direitos.





Desemprego cai, mas com salários e direitos reduzidos

Mulheres e pessoas negras sofrem mais com a falta de emprego do que o restante da população

JORGE MELO

A taxa de desemprego no país ficou em 9,1% no trimestre encerrado em julho — menor do que no trimestre anterior, finalizado em abril, que foi de 10,5% — registrando queda em 22 dos 27 estados. As informações são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É o menor índice da série histórica desde o trimestre encerrado em dezembro de 2015, também foi de 9,1%. São três milhões de pessoas a mais no mercado de trabalho, sendo 1,1 milhão na informalidade. A PNAD Contínua é um dos principais instrumentos para monitoramento da força de trabalho no país.

Se a queda do desemprego pode ser considerada uma boa notícia, no mesmo trimestre o país contabilizou 9,9 milhões de pessoas com idade de 14 anos ou mais que buscaram por vagas no mercado de trabalho, sem sucesso.

Desigualdade se mantém

A proporção de trabalhadores domésticos com carteira assinada diminuiu em 14,7%; entre os que já trabalhavam sem carteira assinada (diaristas, por exemplo), a redução no desemprego foi de 1,4%. Esses números mostram bem o perfil de um setor que sempre contou com um grande contingente de trabalhadores informais.

MATHEUS AFFONSO



Apesar da queda relativa nas taxas de desemprego, oportunidades surgem com cada vez menos direitos garantidos e salários com reduzido poder de compra

Apesar da queda generalizada na taxa de desocupação, a diferença entre homens e mulheres ainda é grande. Segundo a PNAD Contínua, a taxa de desocupação de homens (7,5%) ficou abaixo da média nacional (9,1%). Já a taxa das mulheres desempregadas ficou acima: 11,6%.

O fator desigualdade também influenciou na hora de encontrar um novo trabalho, seja ele formal ou não. Segundo o IBGE, a taxa de desocupação das pessoas brancas foi de 7,3%, ou seja, abaixo da média nacional, ao contrário da taxa entre pessoas pretas (11,3%) e pardas (10,8%).

Sem carteira assinada

João Pedro, de 22 anos, é solteiro, mora com a mãe na Nova Holanda; e trabalha como vendedor. No início de agosto conseguiu emprego numa loja de rou-

pas na Maré. O salário é de R\$ 800, mais 5% de comissão por cada venda realizada. No entanto, sua carteira não foi assinada pelo novo empregador.

João estava desempregado desde outubro de 2021 e conseguiu se recolocar por indicação de uma prima. “Enquanto procurava, recebi auxílio-desemprego por um tempo. Estou ganhando mais ou menos o mesmo salário, mas faz diferença não ter a carteira assinada.”

O novo emprego de João Pedro está contemplado na pesquisa do IBGE. No recorte por idade, a taxa de desocupação de jovens de 18 a 24 anos recuou. Era 22,8% no primeiro trimestre e caiu para 19,3% no segundo trimestre. Segundo a coordenadora do PNAD Contínua **Adriana Beringuy**, “entre as faixas etárias, foi onde a desocupação mais caiu. Mas ainda sim, é uma taxa

bastante elevada, bem acima da média”, diz.

Desemprego e informalidade

O número de trabalhadores informais, estimado em 39,3 milhões, também foi o maior da série histórica, iniciada em 2015. Na comparação com o trimestre anterior houve um crescimento de 2,8%, o que representa mais 1,1 milhão de pessoas.

Simone Oliveira, de 53 anos, vive nessa divisa entre o desemprego e o trabalho informal. Está desempregada há sete meses e há cinco anos não tem carteira assinada. No último emprego, como auxiliar de creche, trabalhou por seis anos: “Adorava aquele trabalho por causa do cuidado e da aproximação com as crianças. Mas não tinha carteira assinada, era um contrato com a prefeitura.”



ELISÂNGELA LEITE

Em março, pressionado pelas lideranças do setor, o Governo Federal antecipou o pagamento do 13º salário de aposentados e pensionistas

No momento, Simone está trabalhando na campanha de um candidato a deputado, “bandeirando” — uma atividade que paga diárias de R\$ 50 a R\$ 80 — de 8h ao cair da noite. É um trabalho temporário e sem registro, mas Simone não perde as esperanças: “Estou buscando uma oportunidade de voltar à minha área de trabalho porque é uma atividade com a qual me identifico muito.”

Estima-se que o número de trabalhadores por conta própria, somados formais e informais, é de 25,7 milhões, o maior contingente desde 2012 para um trimestre encerrado em junho. Houve crescimento de 1,7% (431 mil pessoas) frente ao trimestre anterior.

O marido de Simone, **João Henrique**, vive a mesma situação dela. Tem 51 anos e não consegue emprego formal há cinco, e faz “bicos” para sobreviver. Técnico em logística, a última experiência profissional durou apenas dois meses, sem carteira assinada. Ele trabalhou como Micro Empreendedor Individual (MEI), mas, mesmo assim, “o patrão achou o custo de me manter muito alto”. Ao contrário de Simone, João Henrique não acredita que vá conseguir trabalho como técnico em logística: “Está muito difícil.”

Comércio e endividamento

Segundo o IBGE, os setores que mais contribuíram para a redução do desemprego foram o comércio e a administração pública, principalmente nas áreas de saúde e educação. Adriana Beringuy observa que “nenhum grupo de atividade econômica apresentou perda de ocupação. Ou seja, todos os setores adicionaram pessoas ao mercado de trabalho”.

O desempenho do comércio não é casual. Em março, pressionado pelas lideranças do setor, o governo federal antecipou o pagamento do 13º salário de aposentados e pensionistas, além de autorizar saques de até R\$ 1 mil nas contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Segundo o governo, a antecipação do 13º injetou na economia R\$ 56,7 bilhões. A primeira parcela, de 50%, foi paga entre os dias 25 de abril a 6 de maio, e a segunda, de 25 de maio a 7 de junho. A liberação de saques do FGTS de até R\$ 1 mil totalizou, entre abril e junho, R\$ 30,9 bilhões.

O economista **Daniel Ribeiro de Oliveira**, professor de economia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), acredita que essas medidas surtiram efeito, inclusive no mercado de trabalho.

“Elas permitiram um aumento da demanda de forma direta sobre o comércio e tendem a gerar efeitos sobre os demais setores da economia. Contudo, dado o grau de endividamento das famílias, o impacto que se percebe é um pouco menor, pois uma parte importante desse recurso acaba indo para o pagamento de dívidas já contraídas”, explica.

Que emprego é esse?

Segundo a economista e professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) **Célia Kertenetzky**, o aumento do número de pessoas ocupadas esconde uma série de situações preocupantes: “Para começar, o aumento de postos de trabalho do setor privado sem carteira assinada, de 6,4%, foi mais importante que do que em empregos com registro em carteira, de 2,4%.”

Ela lembra ainda que “carteira assinada, depois da reforma trabalhista, representa um vínculo com menos estabilidade e segurança econômica. Então, entre os novos formais está um contingente de trabalhadores com vínculos parciais ou intermitentes e com remunerações mensais muito baixas ou instáveis”.

Daniel Ribeiro de Oliveira explica que o conceito de pessoas ocupadas não se restringe ao emprego formal, pois também considera o informal: “A despeito da ligeira melhora no mercado de trabalho, o avanço da informalidade e o baixo crescimento econômico não têm permitido o aumento do rendimento médio real do trabalho, que no segundo trimestre de 2022 registrou queda.”

No entanto, ele reconhece que há uma reação da economia: “Tivermos um crescimento do número de empregos no setor privado com carteira assinada associado a uma ligeira queda do quantitativo de pessoas ocupadas informalmente. Isto representa uma melhora no mercado de trabalho.”

Saúde mental nos territórios carece de equipamentos

Segunda reportagem da série *Raio x da Saúde* na Maré traça o panorama dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial no conjunto de favelas

SAMARA OLIVEIRA

Segundo o Censo da Maré (2019), o conjunto de favelas tem cerca de 140 mil habitantes, sendo maior do que 96% dos municípios brasileiros — juntos, os territórios podem ser considerados uma cidade de médio porte. No entanto, a população mareense conta com apenas três Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): o Caps II Carlos Augusto da Silva (Magal), localizado em Manguinhos, e mais o Capsi II Visconde de Sabugosa e o Caps-AD III Miriam Makeba, ambos localizados em Ramos.

Os CAPS, que integram a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), são as principais referências de cuidado à saúde mental pública do país. Estes equipamentos foram criados para substituir a prática manicomial (o encarceramento de pessoas com distúrbios mentais); ali, equipes multiprofissionais atendem pessoas com sofrimento ou transtorno mental, seja por causas naturais ou pela dependência de drogas ou álcool.

- **CAPS I:** Atendimento a todas as faixas etárias, para transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas.
- **CAPS II:** Atendimento a todas as faixas etárias, para transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas.
- **CAPSi I:** Atendimento a crianças e adolescentes, para transtornos mentais graves e persistentes, inclusive pelo uso de substâncias psicoativas.
- **CAPSAD:** Álcool e Drogas: Atendimento a todas faixas etárias, especializado em transtornos pelo uso de álcool e outras drogas.
- **CAPS III:** Atendimento com até 5 vagas de acolhimento noturno e observação; todas faixas etárias; transtornos mentais graves e persistentes inclusive pelo uso de substâncias psicoativas.
- **CAPS AD III:** Álcool e Drogas: Atendimento com de 8 a 12 vagas de acolhimento noturno e observação; funcionamento 24h; todas faixas etárias; transtornos pelo uso de álcool e outras drogas.
- **CAPS AD IV:** Atendimento a pessoas com quadros graves e intenso sofrimento decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. Tem como objetivos atender pessoas de todas as faixas etárias; proporcionar serviços de atenção contí-



Magal conta com equipe composta por profissionais diversos como psiquiatras, psicólogos, enfermeiros, agentes territoriais e educador social

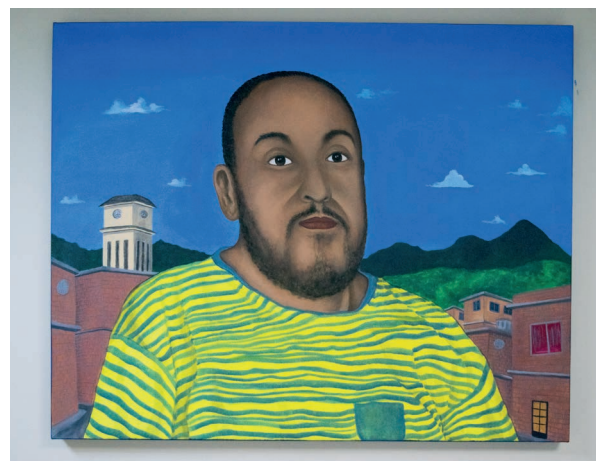
nua, com funcionamento 24h, incluindo feriados e fins de semana; e ofertar assistência a urgências e emergências, contando com leitos de observação.

Conheça as unidades localizadas no território mareense

Magal

O batismo do CAPS com o nome de Carlos Augusto da Silva é uma homenagem ao morador de Manguinhos que sofria de transtorno mental e morreu em 2009 vítima de um espancamento.

Atendendo as regiões de São Cristóvão, Benfica, Manguinhos e Maré através das clínicas de famílias e dos centros municipais de saúde, o Magal, como é conhecido popularmente, conta com equipe composta por psiquiatras, psicólogos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, assistentes sociais, terapeuta ocupacional, oficinaira, agentes territoriais (redutores de danos) e educador social.



Caricatura de Carlos Augusto da Silva, o Magal, exposta na área interna do CAPS

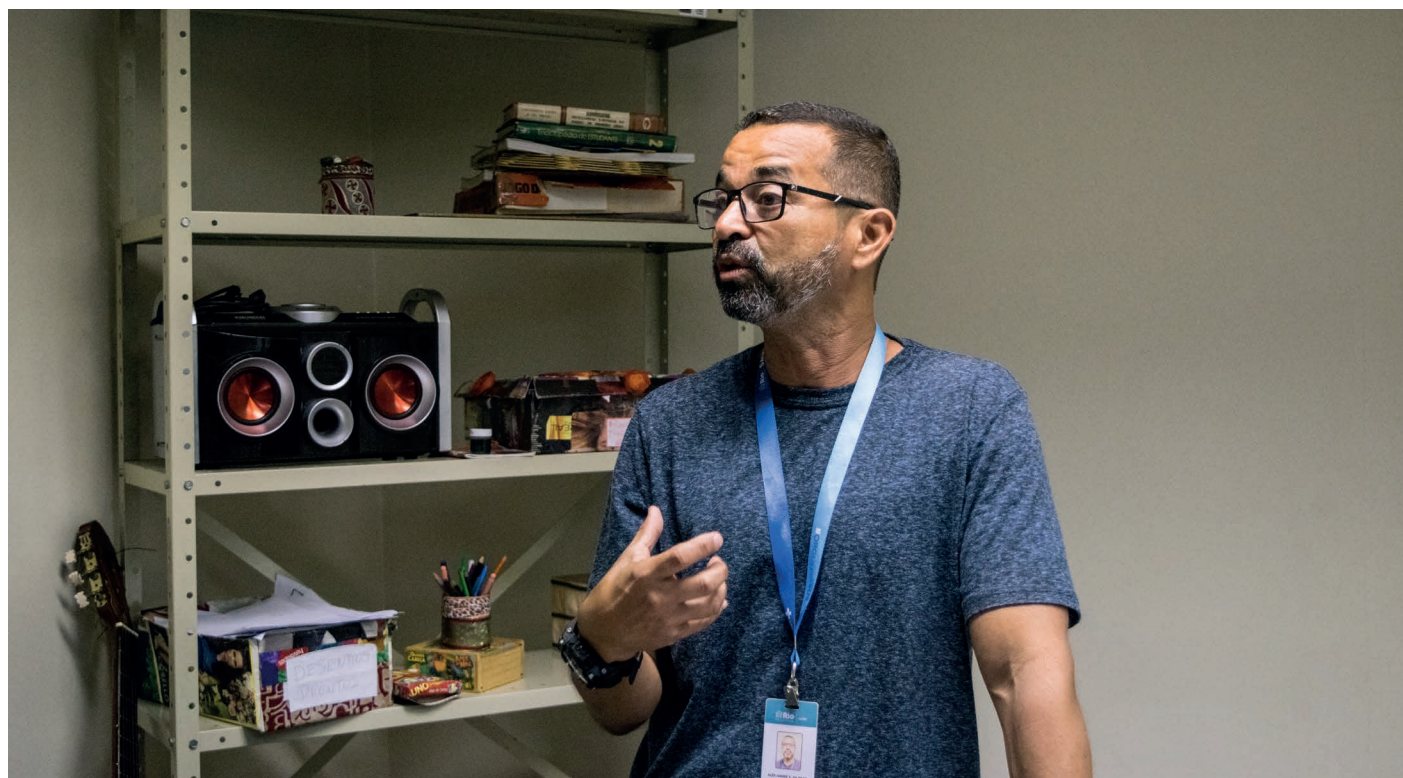
É na área de convivência do Magal que Matheus Alves, que faz acompanhamento na unidade há sete anos por causa da esquizofrenia, mostra com orgulho as notas antigas que coleciona. Além disso, Matheus gosta de admirar os desenhos produzidos por outros colegas do CAPS. Segundo a diretora **Ana Paula Lima**, o jovem é frequentador dos jogos de futebol promovidos pelo CAPS em parceria com o Colégio Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila, que cede a quadra.



Obras de artesanato são produzidas pelos usuários da unidade

Angela Alves, mãe do Matheus, tem reclamações pontuais sobre a unidade, mas elogia o trabalho dos profissionais. “Às vezes faltam remédios e o atendimento sempre demora muito, mas é muito bom. Aqui tem bastante atividades: ele joga totó, sinuca, futebol. Acho isso interessante para ele”, diz a vigilante de 40 anos.

Entre as diversas oficinas oferecidas pelo espaço algumas são voltadas para geração



AMANDA BARONI

Alex Veras é o responsável pela equipe técnica de enfermagem no Caps II Carlos Augusto da Silva (Magal), além de coordenar a oficina de mosaico

de renda dos próprios usuários. Entre elas, está a panelaterapia, que consiste na produção de empadas dentro da própria unidade; elas são vendidas pelo território e o lucro retorna para os alunos. A oficina de mosaico também funciona da mesma maneira e, segundo o técnico de enfermagem **Alex Veras**, de 52 anos, a atividade tem um importante papel no tratamento dos usuários.

Alex relembra o caso de uma usuária do CAPS que, antes de iniciar o tratamento, precisou de uma intervenção que envolveu diversos órgãos públicos, como o Conselho Tutelar e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). A paciente estava com um quadro de depressão grave e trancada em casa com os cinco filhos — todos desnutridos e com doen-

ças como tuberculose.

“Ela se tornou uma das melhores alunas de mosaico. Uma pessoa que precisou ser retirada da casa dela à força pelos bombeiros, foi internada... Gosto de mencionar esse caso porque ela começou a frequentar a oficina voluntariamente, e sempre foi muito pontual. Passou a se comunicar, contou para os colegas que gostava de ouvir louvor, e colocamos para tocar aqui. A gente escuta de tudo, cada um pede e a gente coloca. Ela já foi encaminhada para a clínica da família”, relembra Alex.

Para a diretora do CAPS Magal, “é preciso implementar mais CAPS III se consideramos fechar manicômios, ou seja, não ter entrada dos nossos usuários em hospitais psiquiátricos quando estiverem em crise. Porque a função de um CAPS III

é atenção à crise. Se há alguém ‘desorganizado’, precisando de ajuda para parar um pouco o corpo e ser cuidado, isso acontece dentro de um CAPS, não em um hospício”.

Ana Paula aponta os problemas causados pela existência de apenas uma unidade que atenda a população 24h, referindo-se ao CAPS-AD III Miriam Makeba: “Como somos uma unidade classificada como II não atendemos nos fins de semana. Se fôssemos III poderíamos cuidar daqueles em crise em todos os momentos.” A Secretaria Municipal de Saúde confirmou que há previsão de o CAPS Magal se tornar uma unidade de nível III até fim deste ano.

Miriam Makeba

Inaugurado em 2014, o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) deve seu nome à cantora sul-africana Zenzile Miriam Makeba que, através da música, lutou contra o apartheid (regime de segregação racial implementado na África do Sul). A unidade atende os complexos da Penha e do Alemão e mais as localidades de Vigário Geral, Ilha do Governador, Maré, Manguinhos e Parada de Lucas. O atendimento é feito por equipes de psiquiatras, psicólogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiros e técnicos de enfermagem, assistente social e redutores de danos.

Segundo a diretora **Taiana Kronenberg**, o centro médico “trabalha com um Atendimento Integrado entre Equipamentos Públicos e do Território (Atenda) em parceria com CAPSI, Redes da Maré, Clínica da Família Jeremias, CREAS, Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e Consultório Na Rua, de Manguinhos”.

Ela explica que “toda segunda-feira à tarde nos reunimos e, além de discutirmos o processo de trabalho, vamos nas cenas de uso da Maré, do BRT, da Avenida Brasil e outras para fazer os atendimentos no próprio local”. As ações são acompanhadas por todo o corpo técnico de saúde mental da unidade.

Outro trabalho realizado diretamente na rua pelo CAPS AD Miriam Makeba é o de atendimento voltado para a população transexual; ele acontece sempre às terças e quintas, de 19h à meia-noite.

“Começamos a pensar nisso a partir de uma paciente que hoje é uma das nossas redutoras de danos. A população trans com que trabalhamos é a que fica na região de Bonsucesso; ela é muito vulnerável e sem acesso aos direitos básicos. O trabalho se dá na clínica da família ou na ajuda para tirar documentação, pedir a mudança de nome social ou cestas básicas. Hoje esse trabalho se expandiu para a Ilha do Governador”, diz Taiana.

Visconde de Sabugosa

Atendendo o público de até 18 anos, o Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) acolhe moradores do Complexo do Alemão e da Penha. Assim como nas outras unidades de CAPS, além da procura espontânea, os pacientes chegam geralmente encaminhados pelas clínicas da família — mas há também casos vindos de escolas e mesmo de ONGs.

Na edição 123 (abril de 2021), o Maré de Notícias mostrou o trabalho do CAPSi no atendimento de indivíduos dentro do espectro do autismo. O centro, referência para o tratamento de transtornos psíquicos em crianças, fica na Avenida Guanabara s/n, Praia de Ramos.



DIVULGAÇÃO

Atendendo o público de até 18 anos, o CAPSi acolhe moradores do Alemão e da Penha

Fiocruz mais perto da Maré

Campus recebe o nome de conjunto de favelas e novas edificações; instituição foi parceira da Redes da Maré na campanha de vacinação em massa em 2021

HÉLIO EUCLIDES

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) sempre foi uma grande parceira do maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro, e essa união agora é reconhecida com a criação do Campus Fiocruz Maré. Fazem parte dele a edificação conhecida como Prédio da Expansão (ao lado do Conjunto Esperança), onde funcionam instalações das áreas administrativas e de pesquisa, reunindo 11 institutos, com circulação de cerca de mil pessoas diariamente; o Biobanco Covid-19, inaugurado em dezembro de 2021; e o Centro de Pesquisa, Inovação e Vigilância em Covid-19 e Emergências Sanitárias da Fiocruz, que deve ser inaugurado até o fim deste ano.

O campus fica localizado na Avenida Brasil, 4036, do lado oposto ao Castelo Mourisco. O projeto ainda prevê a instalação da chamada passarela da ciência que vai ligar os dois campi, um centro esportivo e a requalificação do prédio-sede.

O nome do novo campus, mais que uma homenagem à Maré, traduz o trabalho realizado e planejado da instituição: futuras intervenções estratégicas, com foco em pesquisa e inovação; integração e requalificação do Campus Manguinhos-Maré; desenvolvimento institucional; e desenvolvimento territorial.



Prédio da Expansão (ao lado do Conjunto Esperança), onde funcionam instalações das áreas administrativas e de pesquisa, faz parte do Campus Fiocruz Maré

“Haverá um memorial às vítimas da covid no muro em frente à Avenida Brasil, além de ações de compensação ambiental na Maré como o plantio de árvores, para diminuição da patologia respiratória”, conta **Valcler Fernandes**, médico sanitário da Fiocruz.

O projeto promete a integração do Campus Maré com as demais ações e projetos institucionais, fortalecendo a relação da Fiocruz com a comunidade e instituições locais, usando as capacidades da própria comunidade de favelas na colaboração em diversas dimensões e no processo de comunicação

com os territórios.

“Acho positivo esse relacionamento da instituição de saúde com a Maré. Isso se soma ao peso de ser um órgão idôneo, com status mundial. Agora, além de estarmos ao lado, a Fiocruz destaca o nome do território, isso é de suma importância”, diz **Pedro Francisco**, presidente da Associação de Moradores do Conjunto Esperança.

Um campus de pesquisa

A primeira novidade do campus foi o Biobanco-Fiocruz, uma iniciativa pioneira que reúne em uma única infraestrutura o armaze-

namento seguro, confiável, ético, legal e rastreável de amostras humanas e não-humanas. O Biobanco tem capacidade para armazenar aproximadamente 1,5 milhão de amostras em condições adequadas de temperatura, umidade e pressão. O novo equipamento é uma das ações resultantes do enfrentamento da pandemia de covid-19.

A emergência sanitária global também impulsionou a criação do Centro de Pesquisa, Inovação e Vigilância em Covid-19 e Emergências Sanitárias. Ali estará reunida uma equipe multidisciplinar trabalhando para en-



Centro de Pesquisa, Inovação e Vigilância em Covid-19 e Emergências Sanitárias da Fiocruz deve ser inaugurado até o fim deste ano

tender melhor como o coronavírus age e pode ser combatido. O centro não ficará restrito à pesquisa da covid-19: sua função será agir frente às emergências sanitárias futuras.

O prédio novo, com dois blocos de três pavimentos custou R\$ 207 milhões. Por seus 11.400 metros quadrados se espalham 15 laboratórios, áreas laboratoriais multiusuários, quatro plataformas tecnológicas, acervos microbiológicos e área de experimentação animal de pequenos roedores, com capacidade para 4.300 animais.

“Queremos pensar nos dois lados do instituto, com conjunto de ações que traga além das construções, diversidade, geração e expectativas, resultados, incidências e criação de cooperativa com o território”, diz Valcler Fernandes.

Junto à comunidade

Juliana Garcia, coordenadora do projeto de integração e requalificação do Campus Manguinhos-Maré, explica que o centro de pesquisa nasce como uma grande oportunidade de conseguir repensar um pouco o território que se encontra o equipamento.

“A gente tem uma perspectiva tanto de integrar os dois campi, como de requalificá-los, aumentando a infraestrutura e promovendo a humanização

do espaço. Foi preciso reconhecer que o espaço do Campus Manguinhos se esgotou, levando para o outro campus algumas estruturas que são essenciais para o pleno funcionamento da Fiocruz”, explica.

O projeto prevê a ampliação da infraestrutura de suporte e requalificação dos serviços, integração do Campus Manguinhos-Maré com a comunidade, harmonização dos espaços da Fiocruz, promoção de um ambiente saudável e seguro, incentivo à convivência ao lazer e à cultura e, por fim, a revitalização. “O princípio básico desse projeto é o do cuidado com o trabalhador da Fiocruz e com a comunidade do entorno — no caso a Maré”, diz Juliana.

O projeto de integração e requalificação do Campus Manguinhos-Maré teve como base o plano diretor *Campus Manguinhos Saudável*, finalizado em 2016. “A ideia é que, quando o Centro de Pesquisa efetivamente começar a funcionar, o campus esteja preparado para receber essa população nova que passa a ocupar esse espaço”, conclui a coordenadora.

O passado da expansão da Fundação Oswaldo Cruz

O território da Fiocruz que fica ao lado da Maré tem historicamente sua

importância. É o que confirma o arquiteto Renato da Gama, chefe do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz (COC) e Alexandre Pessoa, arquiteto da COC, autores do livro *Um lugar para a ciência: a formação do campus de Manguinhos*.

Os dois, em entrevista à Agência Fiocruz de Notícias (AFN), destacaram que antes da construção da Avenida Brasil, os pesquisadores vinham de trem e por via marítima, desembarcando em um cais ao lado do que atualmente é o Campus Maré.

A violência já assustou quem atuava na antiga expansão. Uma dessas situações ocorreu em 2018, quando foi realizada uma operação da Polícia Civil na Maré com o uso de um helicóptero. Naquele dia, foram sete vítimas fatais: seis jovens e o adolescente Marcos Vinícius da Silva, que estava uniformizado, a caminho do CIEP Operário Vicente Mariano.

O caveirão voador, além de fazer voos rasantes, contava com policiais que faziam disparos do alto. O prédio da Fiocruz foi evacuado e as atividades, encerradas. Isso ocasionou um processo de revisão do Plano de Contingência, com ações de proteção das pessoas que circulavam nos campi, com aprimoramentos implementados no prédio da expansão.

O Prédio Sede, que já foi a expansão, tem uma área construída de 4.864 metros quadrado. A edificação foi erguida no início da década de 1970, todo com revestimento de cerâmica.

Até 2021, ele abrigou o mais importante acervo de história da saúde pública e da ciência do país: uma biblioteca de sete mil volumes, incluindo um livro sobre a saúde dos povos de 1757; registros da atuação de Oswaldo Cruz no combate a epidemias; o primeiro esboço do Pavilhão Mourisco, sede da Fiocruz; fotografias de insetos capturados em Lassance (MG), onde Carlos Chagas descobriu a doença que leva seu nome, em 1909; diários das expedições científicas ao Norte e Nordeste no início do século 1920; e estudos sobre HIV/Aids e biotecnologia.

Confira os destaques no site do Maré de Notícias

(<https://mareonline.com.br>)

✓ Lutadoras mareenses embarcam para intercâmbio nos EUA

Com histórico de ativismo na Maré, jovens participam de programa com a temática *Esporte para Mudança Social*.

Para ler acesse <https://bit.ly/3rcCNOD> ou escaneie o código QR ao lado.



✓ Inspirado em festival londrino, Ecoar! discute violência sexual em museu no Rio

Com mais de 12 horas de programação, objetivo do encontro foi construir redes entre profissionais da educação, saúde, assistência social, pesquisadores, artistas e ativistas.

Para ler acesse <https://bit.ly/3fhYA49> ou escaneie o código QR ao lado.



✓ 15 anos de Parada LGBTQIA+ na Maré

De acordo com a organização, o evento reuniu cerca de cinco mil pessoas durante sua 15ª edição.

Para ler acesse <https://bit.ly/3SmRiLo> ou escaneie o código QR ao lado.



✓ Disseminação de notícias falsas assombra cenário eleitoral, mas cuidados simples podem ajudar

Especialistas apontam que a desinformação pode, mais uma vez, influenciar o rumo das eleições deste ano.

Para ler acesse <https://bit.ly/3RjUhmR> ou escaneie o código QR ao lado.



PALAVRAS CRUZADAS

www.coquetel.com.br

© Revistas COQUETEL

Norma que regula a locação de imóveis	1	Liga de basquete norte-americana	2	As pétalas da flor Sem curvas (fem.)	3	Espevitada; assanhada (fig.)	4	1.900, em romanos Autor (abrev.)	5	(?) Motta, cantor Prêmio salarial
Enrolada; torcida Isentam; dispensam	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
1	11	12	4	6	9	3	10	9	7	12
9	10	9	13	7	1	11	14	15	9	10
Ir e (?): direito básico do cidadão	7	Mutilado; deformado	9	14	15	9	10	7	9	10
14	11	6	9	5	16	1	3	11	8	13
(?) só de pão vive o homem (dito)	5	4	3	Chá, em inglês	13	(?) aqui: cá está! Post-(?), adesivo	4	11	8	13
Quadra de ruas (?) bull, raça de cães	16	9	6	13	4	11	6	17	7	13
18	11	13	4	13	4	7	6	9	13	4
As de alumínio são recicláveis	1	9	13	9	8	13	4	7	6	9
11	6	9	13	4	7	6	9	13	4	7
Roda; vira Espécie de tartaruga terrestre	5	Sugestão; opinião Sucede ao "M"	18	9	1	18	11	13	4	7
15	9	12	16	13	11	18	11	13	4	7
A pessoa que coordena debates em grupo	13	Antônimo de "noite" O dia decisivo	3	9	5	H	17	6	9	13
3	7	10	4	6	9	10	7	6	9	13



Solução												
V	R	O	D	V	R	E	D	O	W			
R	V	H	N	V	M	J						
I	Ç	I	T	I	U	B	J					
E	L	P	T	A	P	N						
V	S	I	V	A	T	V	I	G				
R	F	S	A	V	L	T						
R	O	E	T	E	J	L	P					
O	V	I	E	V	U							
S	I	E	L	W	E	N						
W	L	N	V	H	I	A						
O	D	V	J	E	V	O						
N	A	T	O	L	D	V						
O	B	V	A	M	B	E	L					
S	A	D	A	S	O	R	E					
E	M	C		L								

CONVITE ESPECIAL

Morador (a), venha conversar com a gente sobre o Maré de Notícias! Queremos ouvir opiniões, sugestões e críticas sobre jornal da Maré.

📅 29 de outubro - 14h - Galpão do Espaço Normal - Rua 17 de fevereiro, 237 - Parque Maré (rua do antigo Bob's)